

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

AGRONEGÓCIOS / AGROTURISMO

VERSÃO	1ª.
DATA	27.03.2007
RESPONSÁVEL	Sebrae.es

SUMÁRIO

1. Contextualização e Caracterização do Arranjo	03
1.1. Histórico da formação do APL	03
1.2. Setores relacionados à atividade do agroturismo (elos da cadeia)	06
1.3. Interfaces com outras atividades	07
1.4. Informações sobre pessoal ocupado e empreendimentos existentes no APL	16
1.5. Delimitação Territorial	17
1.6. Parceiros e Governança	17
2. Processo de Elaboração do Plano de Desenvolvimento	18
3. Situação Atual – Desafios e Oportunidades de Desenvolvimento	19
4. Resultados Esperados	22
5. Indicadores de Resultados	22
6. Ações Previstas	22
6.1. Ações em andamento (de responsabilidade local) de cada item	23
7. Ações Previstas para Apoio do PDP/APL	30
7.1. Detalhamento das ações	30
7.1.1 Capacitação de Empreendedores em Agroturismo e Meio Ambiente	30
7.1.2 Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade: Indicações Geográficas	31
7.1.3 Controle de borrachudos (<i>Simulium sp.</i>)	33
7.1.4. Sinalização interpretativa dos atrativos turísticos	34
7.1.5. Elaboração e execução de um plano de marketing para a Região das Montanhas Capixabas	35
8. Gestão do Plano de Desenvolvimento	36
9. Acompanhamento e Avaliação	37
10. Fontes Consultadas	37
11. Anexos	38

1. Contextualização e Caracterização do Arranjo

1.1. Histórico da Formação do APL¹

O agroturismo caracteriza-se pelo contato direto entre o produtor e os consumidores (visitantes / turistas). Enquanto fornecedor de produtos e serviços no turismo rural, ele domina toda a cadeia produtiva, o que lhe permite auferir uma renda mais elevada em relação à que normalmente é praticada nas outras propriedades que se dedicam à agricultura tradicional.

O sucesso do Agroturismo se deve à combinação de interesses das partes. De um lado o agricultor necessitando de uma agregação de valor à sua produção e/ou renda complementar e do outro os residentes dos centros urbanos, fugindo do ritmo estressante das cidades em busca do modo de vida simples do campo, da vivência com o natural, o saudável e o ecologicamente correto.

A adoção do termo “agroturismo” sugere a existência de uma nova atividade com características próprias, num contexto diferente e especial que surgiu em fins da década de 1980 nas montanhas do Espírito Santo, mais precisamente na cidade de Venda Nova do Imigrante, numa fazenda de descendentes italianos **(pág. 35)**.

No final dos anos oitenta, um filho da família Carnielli, Pedro, recém-formado em Agronomia na Universidade Federal de Viçosa, propôs um melhor planejamento e manejo das atividades agrícolas que antes se guiavam mais pela intuição e até pela crença.

Nesse primeiro momento, a proposta era discutir em família as possibilidades para sair da monocultura do café. Era necessário diversificar as atividades produtivas, em prol do fortalecimento da prática agropecuária e da sustentabilidade no meio rural.

Dessa forma foram realizados investimentos na criação de gado holandês, com maior produtividade leiteira. Buscou-se também a profissionalização do manejo agrícola. A partir de então, iniciou-se uma verdadeira revolução na família rural até então marcada pelo poder patriarcal e respeito à tradição e ao passado. **(pág. 35)**.

A nova raça de gado na região aguçava a curiosidade dos vizinhos. O tratamento dispensado aos animais era especial e não costumeiro na região. Muitos vizinhos, curiosos, iam à propriedade

¹ As informações constantes neste item foram retiradas, quase em sua totalidade, do livro “Impactos sobre o Turismo no Espírito Santo”, coletânea de artigos publicada pela Sebrae/ES, em especial o artigo sobre Agroturismo, de José Valdemar Pin e Leandro Carnielli.

observar os animais bem tratados, dóceis e com alta produtividade leiteira. Esses vizinhos informavam aos demais sobre a situação da propriedade dos Carnielli.

Decorridos os primeiros três anos, a família já fazia aquilo que depois denominariam, eles próprios, de agroturismo. No início, a família enfrentou dificuldade ao receber visitantes. Diante da insistência e entusiasmo dos que os visitavam e de suas necessidades, perceberam que era necessário juntar outras famílias que pudessem atender às demandas dessas pessoas por produtos naturais e de qualidade. Inicialmente, surgiram quatro ou cinco famílias para ajudar nesse desafio. Além do queijo, vendia-se café, fubá, doces e biscoitos.

Quando havia procura por um produto inexistente em uma propriedade, indicava-se outra. A indicação era acompanhada por um simples mapa rascunhado à mão. Esses foram os primeiros laços de cooperação que surgiram no APL **(pág. 36)**.

No início da década de noventa, os empreendedores da família Carnielli, agora acompanhado de outros proprietários rurais, buscaram estudar o comportamento dos turistas, buscar novos parceiros para o negócio **(pág. 36)**.

Descobriu-se que na Itália esse tipo de atividade era conhecido como agroturismo e que em Lages, Santa Catarina, havia referências sobre o turismo rural **(pág. 36-37)**.

O agroturismo passava a ser fonte de receita, inclusive nos finais de semana, contrabalançando a queda da receita advinda da agricultura. Era preciso alternativas com relação à questão da qualidade, a possibilidade de transformação da matéria-prima e a venda de produtos. **(pág. 42)**.

As propriedades começaram, cada vez mais, a serem abertas para receber as pessoas que passavam pela região ou estavam hospedadas nos hotéis que, aos poucos, iam sendo construídos, principalmente em Pedra Azul, distrito de Domingos Martins. **(pág.37)**.

Em 1993, fora inaugurado, em Venda Nova do Imigrante, o Alpes Hotel que passou a integrar o projeto com uma proposta de venda de diárias que incluíam roteiros nas propriedades do agroturismo. Aos poucos, os hotéis adotaram essa plataforma, contribuindo com a ascensão do projeto de agroturismo, no formato de parceria “ganha-ganha” **(pág. 37)**.

Os interessados, reunidos, fundaram a AGROTUR (Associação do Agroturismo), que já nasceu como um projeto de amplitude estadual, visto abranger municípios de uma vasta área territorial do estado:

Castelo, Vargem Alta, Domingos Martins, Viana, Afonso Cláudio, Conceição do Castelo e Venda Nova do Imigrante. A maioria, contudo, somente passaria a entender o formato de turismo que se estava estabelecendo após um longo período **(pág. 37)**.

Com os objetivos de dar uma forma comercial e de desenvolvimento sustentável ao agroturismo, levantaram-se vinte e nove ações que, num período de três a quatro anos, foram todas executadas. Entre os parceiros destes projetos estavam, principalmente, Sebrae, Incaper, Governo do Estado, através de suas Secretarias, as Prefeituras, as Faculdades e os Meios de Comunicação **(pág. 37)**.

O Espírito Santo foi um dos primeiros Estados a implantar a atividade de Agroturismo no país. Inicialmente foi desenvolvido um projeto piloto, contemplando a Região Serrana Central, que teve como abrangência onze municípios: Afonso Cláudio, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Viana, Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Santa Teresa. As experiências adotadas neste projeto tiveram como referência o modelo italiano, especificamente da região do Vêneto. Posteriormente, novos municípios foram se integrando à atividade, com destaque para a região do Caparaó e a da Grande Vitória.

O papel da mídia foi fundamental na divulgação e formação deste novo conceito de turismo, que proporciona a volta às raízes. O projeto de Venda Nova acabou tornando-se exemplo para os demais municípios. Melhorias foram realizadas em algumas propriedades – sem, contudo, a perda do rústico, marca do agroturismo – de forma a atender melhor os turistas, que alcançavam números cada vez mais expressivos **(pág. 38)**.

O movimento nacional do turismo rural foi liderado pelo Sebrae, que fomentou o intercâmbio entre as regiões, apresentando metodologia e planejamento próprios **(pág. 38)**.

No ano de 2004, aconteceu a primeira feira nacional organizada pela Associação Brasileira de Turismo Rural (Abratur), que tem a tarefa de coordenar todas as ações ligadas ao turismo de campo no Brasil. A associação nacional está ganhando representatividade, criando as associações estaduais e as municipais, todas interligadas **(pág. 38)**.

Neste íterim, foi fundada, em setembro de 2004, a Associação de Agroturismo do Estado do Espírito Santo (Agrotures) com a tarefa de desenvolver o agroturismo no Estado **(pág. 38)**.

1.2. Setores relacionados à atividade do agroturismo (elos da cadeia)

O agroturismo, atividade recente, não agrícola, geradora de trabalho e renda, vem impulsionar o desenvolvimento da agroindústria artesanal, do artesanato regional e da produção agroecológica, alicerçada em princípios como a valorização da gastronomia local, da preservação do meio ambiente e das tradições culturais dos agricultores.

A verdade é que o meio rural não é mais um ambiente restrito à produção de alimentos. Constitui-se em espaço dinâmico, promissor, do desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia.

As ofertas turísticas, que estão disponíveis, dependem dos atributos naturais, das propriedades rurais e da atividade produtiva exercida pelo agricultor. Desta forma são oferecidos alguns serviços e produtos como:

- Hospedagem: em pousada, alojamento e no domicílio do produtor.
- Atividades produtivas: produtos in natura, produtos processados, agroindústria, artesanato local.
- Alimentação: restaurantes, casas de chá, café colonial, centros de degustação, etc.
- Entretenimento e lazer: trilhas ecológicas, passeios de barco, a cavalo e charrete, pescaria (pesque-e-pague), contemplação de paisagem (mirante), observação de pássaros, manifestações culturais (música, dança, casas de cultura, museus, teatro, etc.).

No Espírito Santo, o agronegócio, ou seja, os negócios ligados à agricultura, respondem hoje por cerca de 30% do PIB estadual e absorvem aproximadamente 40% da população economicamente ativa, da qual 28% estão diretamente ligadas à produção.

O Espírito Santo tem aparecido com destaque na produção de cafés especiais, com o “Café das Montanhas do Espírito Santo” e o “Conilon Capixaba – Robusta de Qualidade”, marcas que começam a fazer parte do cenário nacional e internacional do agronegócio do café.

Outra atividade econômica na Região Centro-Serrana que contribui para o desenvolvimento do APL de Agroturismo é o Artesanato, produzindo diferentes produtos, oriundos de matérias-primas variadas.

Do mesmo modo, outras atividades produtivas estão intimamente ligadas à expansão do Agroturismo. Seja pela proximidade geográfica ou por sua natureza semelhante, elas atraem clientes, não só para si, mas para o restante do arranjo.

Abaixo, encontram-se descritas a realidade atual de algumas dessas atividades.

1.3 . Interfaces com outras atividades

a) Aqüicultura

O Agroturismo é o principal setor ligado à atividade de aqüicultura, visto que os piscicultores são pequenos produtores rurais que utilizam a piscicultura para agregação de renda à atividade rural. Além da piscicultura comercial, muitos produtores aproveitam a atividade para inserção de pesque-pague, restaurantes rurais e abertura da propriedade à visitação de turistas.

O SEBRAE/ES vem a mais de 10 anos investindo na organização das cadeias aqüícolas capixabas, por meio de projetos atualmente distribuídos em mais de 30 municípios, o denominado Programa SEBRAE Aqüicultura. Este trabalho resultou, além de outros Projetos, na filetadora de peixes em Muniz Freire – município próximo à Região das Montanhas Capixabas, e na implantação de mais de cem pequenos empreendimentos aqüícolas marinhos e de águas interiores em todo o Estado.

A este Projeto estão agregados os municípios de Muniz Freire, Domingos Martins e Afonso Cláudio, os dois últimos, participantes do APL em questão. Recentemente, os trabalhos se expandiram para os municípios de Castelo, Brejetuba e Marechal Floriano (*também participantes do APL do Agroturismo*), além de Lúna, Ibatiba e Cachoeiro de Itapemirim.

Atualmente, mais de 40 produtores rurais, distribuídos nos municípios, e ao entorno, da Região das Montanhas Capixabas atuam no setor. Destes, metade atuam, também, no setor de Agroturismo.

O total de pessoas ocupadas é de 238, entre proprietários, membros da família, empregados diretos e diaristas.

O total de faturamento com a atividade gira em torno de R\$1.581.000,00, o que corresponde, em média, a R\$42.050,00 por propriedade/ano. Mensalmente, estas propriedades faturam, também em termos médios, R\$3.504,16.

Especificamente sobre a piscicultura comercial, metade dos proprietários rurais informaram que já estão obtendo algum tipo de ganho. A soma dos rendimentos de cada um deles com esta atividade perfaz R\$168.153,00 por ano, com uma média por propriedade atingindo o valor de R\$ 2.935,00/ano. Mensalmente, a receita gerada por cada proprietário que desenvolve esta atividade chega a R\$ 1.077,00 também em termos médios.

b) Floricultura

No Espírito Santo, pode-se dizer que a floricultura se iniciou nos anos 50, com os colecionadores de orquídeas. A atividade apresenta elevada rentabilidade. Por se desenvolver bem em pequenas áreas, tem sido adotada em programas de diversificação agrícola, em propriedades de base familiar, bem como assentamentos rurais do país. Entretanto, para que alcance resultados desejáveis necessita de alta tecnologia.

A característica marcante da atividade é o fato dela poder ser explorada em pequenas frações de áreas das propriedades e ser conduzida, primordialmente, por mulheres, que sempre tiveram o hábito de plantar flores e plantas ornamentais no entorno de suas moradias.

O Estado dispõe de aproximadamente 96.000 mudas de orquídeas anualmente em fase comercial. O valor estimado desta produção é de R\$ 1 milhão. O Estado possui atualmente cerca de 138,0 ha destinados à floricultura. Na fase de produção a atividade gera cerca de 600 empregos diretos. Está presente em 171 propriedades, abrangendo 18 municípios.

Cerca de 300 propriedades cultivam flores no Estado. A renda gerada com a atividade depende da espécie cultivada.

c) Cachaça

No Espírito Santo os primeiros engenhos de cana surgiram em São Mateus, no século XVI. Em 1605, a cultura da cana já era importante também em Vitória, onde se produzia açúcar e aguardente. Assim, a cachaça capixaba possui cerca de 400 anos de história.

Encontramos registro do embarque, pelo porto de São Mateus, de 200 pipas de cachaça em 1826 e 166 pipas em 1827. No Sul do Estado existe cachaça de marca, cuja produção iniciou-se ainda no século XIX.

Há no Espírito Santo a cachaça industrial, produzida em grandes volumes, a artesanal, de produção mais limitada, e a padronizada (ou “estandardizada”), que é a resultante da homogeneização, e às vezes de reprocessamento via alambique, de produtos adquiridos de terceiros fornecedores.

Baseando-se em dados da DFA-ES (cadastro das aproximadamente 130 empresas registradas no Ministério da Agricultura e do Abastecimento), a maior concentração de fabricantes de cachaça ocorre em São Roque do Canaã. Dos participantes do APL

Outros municípios também de expressiva produção são Linhares, Cachoeiro do Itapemirim, Aracruz, Rio Bananal, Castelo, este último participante do APL de Agroturismo.

É importante esclarecer que as deficiências que se observam atualmente em algumas instalações produtoras decorrem, fundamentalmente, do baixo preço que vem sendo pago pela cachaça, principalmente quando comercializada em estabelecimentos populares, que são os que representam o seu grande mercado, e que está passando por uma fase de retração. Essa retração é atribuída à perda do poder aquisitivo de expressiva percentagem da população, como decorrência dos problemas de desemprego que temos vivenciado.

Aliado à retração do mercado popular, há um outro fenômeno, talvez o mais importante, que vem atingindo duramente o setor no Espírito Santo, provocando, inclusive, a sua deterioração, bem como o encerramento da atividade de vários alambiques. Trata-se da expressiva comercialização de produtos de origem desconhecida, inclusive vindos de outros estados, que, além de serem vendidos por preços aviltados, incompatíveis, portanto, com os custos de produção (que incluem os tributos), ocasionam a colocação, em território capixaba, de produtos de baixa qualidade, muitos deles nocivos à saúde humana.

Os menores alambiques produzem cerca de 10.000 litros ao ano, mas há unidades industriais com capacidade anual superior a 1 milhão de litros.

A importante iniciativa dos produtores de se organizarem e se fortalecerem em associações, através da criação da UNICANA - Cooperativa de Produtores de Cachaça do Espírito Santo, no Norte, e da COOPAS - Cooperativa dos Produtores de Aguardente do Sul do Estado, no Sul, já trouxe importantes conseqüências para o setor, destacando-se as ações, por parte do poder público e privado, de atendê-lo, prestigiá-lo, apoiá-lo.

Vale citar também a iniciativa da direção do SEBRAE/ES de mais profundamente se dedicar ao conhecimento e apoio ao setor, o que tem sido feito através de ações, em desenvolvimento, em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG, que buscam conhecer e equacionar/solucionar os problemas principais da sua cadeia produtiva, objetivando a sua qualificação e exportação.

Dado o seu potencial no exterior, a cachaça passou recentemente a ser também priorizada pelo Governo Federal como produto de comercialização internacional, perseguindo-se a ampliação da sua exportação dos atuais US\$ 15 milhões para US\$ 100 milhões, em cinco anos.

De uma maneira geral, a vinhaça (ou vinhoto) representa ainda o maior problema ambiental, pois, embora esse sub-produto tenha características de fertilizante agrícola, ou de complemento alimentar para a bovinocultura e para a suinocultura, o seu sistema de distribuição mais usual, composto por reservatório, vagão tanque e trator de rodas, tem, para muitos produtores, um custo de investimento e de operação/manutenção ainda incompatíveis com as receitas oriundas da comercialização da cachaça/aguardente.

Alguns dos principais problemas que se destacam na fabricação da cachaça são: 1) necessidade de identificação das variedades de cana mais adequadas a cada região produtora; 2) baixo domínio sobre as técnicas de fermentação do mosto; 3) inexistência de controle do processo industrial; 4) falhas no processo de descanso/repouso e envelhecimento do produto.

As principais ações do SEBRAE/ES para o setor de cachaça no Espírito Santo são:

- Identificação e estruturação da cadeia produtiva do setor;
- Identificação dos principais problemas da cadeia;
- Estruturação de diagnóstico do setor;
- Estruturação de plano de ação para o equacionamento/solução dos principais problemas;
- Implementação de plano de ação para o equacionamento/solução dos principais problemas;
- Acompanhamento do resultado das ações implementadas.

d) Agricultura Orgânica

Podemos considerar a década de oitenta como um marco para o início da agricultura orgânica no Estado do Espírito Santo. A participação da sociedade civil e algumas ações governamentais foram

instrumentos importantes para que a discussão e realização de ações hoje caracterizadas como de agricultura orgânica conquistassem seu espaço no Estado.

A participação de um grupo de técnicos e agricultores no Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, a vinda da PTA-FASE (mais tarde APTA), a criação dos CIERs através de uma parceria SEAG/SEDU e prefeituras de Águia Branca, Boa Esperança e Nova Venécia (Vila Pavão, após sua emancipação política), as experiências do “Hortão” de Cachoeiro de Itapemirim foram algumas das iniciativas que deram apoio ao surgimento e desenvolvimento da agricultura orgânica capixaba.

O movimento de agricultura orgânica iniciado no Estado nesta época era realizado pelo que se denominava informalmente “rede de agricultura alternativa”, formada por instituições não governamentais como a APTA, CIER Grupo Kapi'xawa, Projetos da Igreja Luterana (Associação Diacônica Luterana, Projeto Guandu e mais recentemente os Projetos Denes e BASES), Pastoral da Terra da Igreja Católica (CPT), associações de agricultores, sindicatos dos trabalhadores rurais (STR) do norte do Estado e algumas EFA.

Devemos destacar também o pioneirismo de grupos de agricultores na implantação de sistemas agroecológicos, preocupados com os casos de intoxicação por agrotóxicos utilizados nas lavouras, sobretudo os produtores de hortaliças da região Centro-Serrana. Ao aprofundarmos neste histórico, é importante que não omitamos personagens e instituições com papel relevante neste período, como é o caso do trabalho da APSAD-Vida (Associação dos Produtores Santamarienses em Defesa da Vida), pioneiro na produção comercial de alimentos orgânicos por agricultores familiares do Espírito Santo.

A formação do consórcio Santa Maria - Jucu, alertando para os problemas de poluição dos mananciais que abastecem a grande Vitória, em grande parte causada pelos agrotóxicos aplicados na produção de olerícolas na região serrana, também contribuiu para repensar o padrão agrícola adotado.

Quanto ao trabalho realizado por instituições governamentais, a criação dos CIER a partir de 1982 contribuiu para a experimentação em agroecologia com a participação de alunos, pais e professores.

A EMCAPA (atualmente Incaper) iniciou em 1990 os primeiros trabalhos de pesquisa em Olericultura Orgânica, no Centro Regional de Desenvolvimento Rural Centro-Serrano, através da implantação de um Sistema Integrado de Pesquisa em agricultura orgânica, o que resultou numa importante contribuição para o desenvolvimento da agricultura orgânica capixaba.

É neste cenário que o INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural vêm atuando, através do trabalho de pesquisadores e extensionistas comprometidos com a agricultura orgânica.

Restrita durante muito tempo quase que à produção de olerícolas por agricultores da região Centro-Serrana, especialmente os de Santa Maria de Jetibá, a agricultura orgânica, nos últimos anos, vem contando com iniciativas de produção em vários locais do Estado, no sentido de ofertar um leque mais variado de produtos orgânicos ao mercado. Podemos destacar a conversão de sistemas de produção de café conilon e frutas tropicais nos últimos anos.

Da mesma forma, o cenário de instituições envolvidas na cadeia produtiva dos orgânicos e os circuitos de comercialização foram se modificando, culminando com a criação de uma certificadora estadual: a Associação de Certificação de Produtos Orgânicos do Espírito Santo: a Chão Vivo.

O crescimento do número de unidades produtivas em processo de conversão para a agricultura orgânica é uma realidade. Em algumas situações, esse movimento em direção à agroecologia encontra apoios nas organizações não-governamentais e em técnicos de agências governamentais ligadas ao setor, como o INCAPER e Secretarias Municipais de Agricultura. Em outras, se dá à margem das instituições, individualmente ou através da organização dos agricultores em grupos ou associações. Neste caso, os agricultores familiares são os que correm maiores riscos de insucessos, por se iniciarem na atividade, destituídos de assistência técnica, informações e enfrentando as limitações já mencionadas.

A opção pela agroecologia como diretriz de atuação das instituições capixabas que trabalham com Desenvolvimento Local Sustentável tem convergido para a busca de soluções conjuntas para as limitações existentes e para a construção de parcerias na captação de recursos para o custeio e no desenvolvimento de ações.

O Incaper compõe essa parceria, através do Programa para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica e sua equipe, na proposição de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, na elaboração de propostas para o setor, na ocupação de funções em instituições afins (Certificadora, Colegiado Estadual de AO), etc.

Contudo, destituídas de apoio governamental, essas ações se enfraquecerão e menores serão as chances de prestação efetiva de produtos e serviços em prol do desenvolvimento da agricultura orgânica, com a inclusão dos agricultores familiares.

A permanência dos fatores limitantes certamente contribuirá para um desenvolvimento lento do setor, onde se tornam comuns casos de empreendimentos fracassados, interrupção no processo de conversão ou o retorno ao modelo agroquímico. A exclusão da agricultura familiar, que ocorreu no processo de modernização da agricultura, poderá ocorrer também com a agricultura orgânica e as conseqüências sociais e ambientais são por demais conhecidas: insegurança alimentar, crescimento de casos de intoxicação por agrotóxicos e contaminação dos recursos naturais, migração, empobrecimento, crescimento da masculinização do meio rural, violência urbana, comprometimento do meio ambiente, etc.

Do ponto de vista da economia, o crescimento do setor sem a minimização dos fatores limitantes, possibilitará apenas a sobrevivência da produção empresarial mais consolidada, provavelmente, voltada para a exportação de uma gama menor de produtos, sem que a sociedade capixaba, sobretudo o consumidor de renda mais achatada e escolares da rede pública, possa ter acesso aos benefícios da alimentação com produtos orgânicos.

e) Café

O Estado do Espírito Santo, tradicional produtor de café arábica, encontra-se na segunda posição do ranking nacional na produção de café, principalmente pelo grande incremento na área cultivada com a espécie robusta, sendo, atualmente, responsável por 70% da produção nacional dessa espécie, o que o coloca na posição de primeiro produtor nacional de café robusta.

A totalidade dos municípios do Estado tem produção de café. Das 82.400 propriedades rurais, 56.169 têm no café a sua principal fonte de renda, sendo 40,4% com predominância do café arábica e 59,6% com café robusto.

A área plantada com café está em cerca de 220 mil ha. para arábica e 330 mil ha. para conilon. Em café arábica, a mão-de-obra utilizada na atividade é composta por 44% de proprietários, 51% de parceiros rurais e 5% de empregados e, em conilon, por 47% de proprietários, 47% de parceiros rurais e 6% de empregados, envolvendo diretamente nas lavouras cerca de 360 mil trabalhadores e demonstrando a importância da agricultura familiar e seus desdobramentos econômicos, sociais e ambientais nas relações de produção de café, tanto do arábica quanto do robusta no Espírito Santo. Ressalte-se, ainda, o tamanho médio das lavouras de café arábica, com 8,65 ha, e de robusta, com 9,85 ha. Outro fator que merece destaque refere-se à estratificação das propriedades cafeiras de

robusta, em que cerca de 74% da área plantada situa-se em estratos inferiores a 50 ha, com 28% das propriedades apresentando menos de 10 ha.

A produção de café no Espírito Santo situava-se ao redor de 3 milhões de sacas anuais, tendo, nos últimos 5 anos, um grande incremento, passando, progressivamente, para 5 milhões em 1998, quase 8 milhões em 2001 e cerca de 9 milhões em 2002, principalmente pela grande produção de robusta (quadro 6).

O zoneamento agroclimático do Estado do Espírito Santo mostra as regiões mais aptas à implantação das culturas de café arábica e robusta, demonstrando que a área apta ao plantio do café arábica é cerca de 3,3 vezes a área atualmente implantada. Se considerarmos as áreas com restrições térmicas, situadas entre 800 e 1100m, que podem ser superadas pela utilização de corretas variedades, mais tolerantes ao frio e o uso de quebra ventos, acresceremos mais 187 mil ha à área total. As áreas aptas e aquelas com restrições hídricas, hoje trabalhadas através de irrigações planejadas, somam mais da metade da área do Estado do Espírito Santo. Porém, a competitividade da lavoura de robusta exigirá a mudança da fronteira agrícola para áreas, hoje, não tradicionalmente cultivadas com essa espécie, principalmente na região sul do Estado, abaixo do rio Doce.

Para o café arábica, procedeu-se à transferência de tecnologias de baixo custo já existentes, às corretas e adequadas adubações, bem como à correção dos solos baseados em análises e intervenções nas lavouras, com recepção e eliminação daquelas pouco produtivas e anti-econômicas. Ainda, incentivou-se o manejo de pragas e doenças das lavouras, visando, principalmente, o correto uso de agrotóxicos, e a redução de sua utilização, com controle eficiente das pragas agrícolas e conseqüente impacto sobre a produtividade, o meio-ambiente e a qualidade do café. Como exemplo, pode-se citar o Programa de Manejo da Broca-do-Café.

Esse conjunto de atividades culminou no lançamento do Programa de Sustentabilidade para o Café das Montanhas do Espírito Santo, em 1999, pela Secretaria de Estado da Agricultura, com ênfase na produtividade e qualidade dos cafés produzidos nas montanhas do Espírito Santo, de forma econômica e com mínima interferência no ambiente circundante, de forma a não contaminá-lo e, acima de tudo, preservá-lo. O objetivo principal do programa consiste na integração de ações e parcerias entre os setores componentes do agronegócio café, visando à agregação de valor ao café produzido, desestigmatizando o café capixaba como um produto de qualidade inferior, com conseqüente melhora no nível de vida do cafeicultor estadual.

Os principais municípios produtores de café estão localizados nos municípios de Lúna, Brejetuba,

Muniz Freire, Afonso Cláudio e Vargem Alta na produção de café arábica e os municípios de Jaguaré, Vila Valério, Sooretama, Nova Venécia e São Gabriel da Palha na produção de conilon. Esses municípios são responsáveis por cerca de 50% da safra cafeeira estadual.

Com relação à produtividade do café conilon, houve aumento significativo nas regiões Litoral Norte e Central.

A produtividade do café arábica estadual está abaixo da média nacional. Este fato em sido agravado pelos sucessivos anos de preços baixos do café e descapitalização do cafeicultor, levando-o a utilizar menores quantidades de insumos e controle fitossanitário deficiente.

Resultados melhores têm sido alcançados pelos municípios da região Central, enquanto que na região Noroeste os resultados estão abaixo do esperado.

A qualidade do café arábica capixaba vem sendo explicitada publicamente por técnicos e degustadores desde 1998.

O trabalho direto, realizado por degustadores nas Salas de Prova de Café, em instalação em 13 municípios do Estado, permite a assistência técnica individualizada e a momentânea correção de erros praticados na colheita e pós-colheita do café, capacitando o cafeicultor capixaba e melhorando, já na safra seguinte, a qualidade do café desses produtores e, conseqüentemente, da região. Isso pode ser visto quando se analisam os resultados obtidos, principalmente pelas Salas de Prova de Venda Nova do Imigrante, Brejetuba, Iúna e Santa Maria de Jetibá. A melhoria da qualidade geral do “Café das Montanhas do Espírito Santo” permitirá a obtenção de volumes significativos, de forma a ampliar a participação no mercado de cafés finos e diferenciados. Estima-se em cerca de 80 mil sacas de 60kg a atual quantidade comercializada desses cafés superiores das Montanhas do Espírito Santo.

O mercado de cafés especiais tem sido grandemente estimulado pela realização de concursos de qualidade, como aqueles patrocinados pela Illycafé e pela Ueshima Coffee Company (UCC), em parceria com a Tristão Café, na região das Montanhas do Espírito Santo. Ainda assim, o mercado para esses cafés superiores produzidos no Espírito Santo é restrito, necessitando-se trabalhos para a abertura de novos e promissores mercados compradores.

As cooperativas de produtores de café encontram-se em diversas fases de desenvolvimento técnico e administrativo, com participações diferenciadas na comercialização de café e na classificação e degustação do produto. Algumas delas promovem o beneficiamento e rebeneficiamento, bem como o

armazenamento para os associados, porém, a maioria delas apresenta poucas condições para prestar esse serviço. Uma das que possui maior espaço para armazenamento é a COOABRIEL, localizada no município de São Gabriel da Palha.

No Espírito Santo, trabalho realizado pelo Sindicato das Indústrias da Torrefação e Moagem, em 2003, constatou a existência de 37 marcas de café capixaba sendo comercializadas no Estado, consumindo 15.154 sacas de café por mês, das quais 13.503 sacas de café arábica (89%) e 1.651 sacas de café conilon (11%). A aquisição preferencial dos cafés utilizados nos blends é realizada na região das Montanhas do Espírito Santo (40%), região Norte (30%), região Sul (20%) e Estado de Minas Gerais (10%).

A ocupação do mercado capixaba por marcas locais está ao redor de 88% a 92%; entretanto, as indústrias utilizam, apenas, 32% de sua capacidade produtiva instalada. Abrangem os mercados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, e produzem cafés tradicionais (19 marcas), gourmet (4), expresso (3) e alto vácuo (2), gerando 385 empregos, sendo 89 no setor de produção, 47 no setor administrativo e 249 na comercialização.

O volume de recursos alocados na cafeicultura capixaba durante o ano de 2002, pelo Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, SICOOB-ES e BANDES chegou a cerca de R\$ 132,8 milhões, dos quais R\$ 94,5 milhões para custeio, R\$ 22,2 milhões para comercialização (CPR) e R\$ 16,1 milhões para investimento.

Algumas das informações obtidas junto aos órgãos financiadores confirmam a relação entre o financiamento liberado e a pequena propriedade familiar. Verificou-se que, para cada contrato (total de 553 contratos) realizado para investimento pelo BANDES, foram alocados, aproximadamente, R\$ 4.600,00. Para custeio, informações obtidas junto ao SICOOB-ES, mostraram que foram firmados 6.907 contratos, com valor médio de R\$4.327,00 por contrato. Em comercialização (CPR), foram realizadas 590 operações, com um valor médio de R\$29.661,00 por contrato (SICOOB-ES, 2002).

1.4. Informações sobre o pessoal ocupado e empreendimentos existentes no APL

No APL – Agronegócios/Agroturismo do Estado do Espírito Santo, a maior parte dos empreendimentos são familiares. Esse contingente de empreendedores detém 40% da área e gera 36% do valor da produção rural. Esse é o perfil aproximado da agricultura familiar no Estado do Espírito Santo.

Os Agronegócios/Agroturismo, já consolidados no meio rural, implementados por agricultores, permitem a agregação de valor aos seus produtos, pelo processamento artesanal. O Estado do Espírito Santo oferece vantagens comparativas para a implantação de agroindústrias de origem

animal e vegetal, devido à localização geográfica, à diversidade de ambientes e da produção, da estrutura fundiária e a tradição existente nas famílias rurais. Estimativas do Incaper / SEAG, revelam que esta atividade gera 1.100 empregos diretos, produzindo uma renda média anual em torno de R\$9 milhões.

1.5. Delimitação territorial

A implantação do Agroturismo no Espírito Santo, no início da década de 90, ocorreu inicialmente na região serrana, em especial, Venda Nova do Imigrante, região esta privilegiada pela facilidade do acesso, proximidade da capital, clima e topografia favoráveis e rica expressão cultural.

Com o crescimento do agroturismo, o arranjo passou a se estender por toda a região sudoeste do Espírito Santo, mais precisamente nas microrregiões denominadas Sudoeste Serrana e Pólo de Cachoeiro, conforme leis estaduais² que objetivaram colaborar com o planejamento governamental.

Em 2000, a população da região totalizava 174.807 habitantes, apresentando densidade demográfica de 35,6 habitantes por Km². Abaixo, portanto, da densidade demográfica do estado, que no mesmo ano girava em torno de 67 habitantes por Km² (IPES, 2006).

“O turismo constitui-se numa vocação natural da região. Trata-se de um turismo de montanha, especificamente o agroturismo, voltado para atrativos climatológicos, de temperaturas amenas, ambientais e todo bucolismo do mundo rural, fortalecido pelas raízes de colonização europeia, em especial, alemã e italiana que povoaram a região no século XIX” (IPES, 2006).

O município de Venda Nova do Imigrante, como cidade na qual a prática do agroturismo é mais disseminada e presente, possuía, em 2000, 16.165 habitantes, a população crescendo a uma taxa de 3,01% ao ano. Cerca de 38% da população do município vive no meio rural.

O Produto Interno Bruto do município, a preços correntes, alcançou R\$77.014 mil em 2002 com PIB per capita próximo a R\$ 4,2 mil. Do Valor Agregado total do município, 20,7% correspondem à agropecuária, 16,7% à indústria e 62,6% ao setor de serviços.

1.6. Parceiros e Governança

O APL de Agroturismo da Região Centro Serrana interage com diferentes instituições existentes no Estado, tanto públicas quanto privadas, entre as quais se encontram:

- a) Associação de Agroturismo do Estado do Espírito Santo – AGROTURES
- b) ADEMES – Associação de Desenvolvimento Sustentável da Região das Montanhas do Espírito Santo
- c) SEDETUR – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
- d) SEAG
- e) Incaper
- f) IDAF
- g) IBAMA

² Lei 5.120/1995, alterada pelas Leis 5.469/1997, 5.849/1999 e 7.721/2004.

- h) SEBRAE
- i) SENAR
- j) SENAC
- k) SEAMA
- l) Entidades não Governamentais, Agentes Financeiros, Prefeituras Municipais, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e de Turismo, Fundação Banco do Brasil, Instituto ECOS, ACA – Associação Capixaba dos Aqüicultores, IBRAFLORE, UNICANA - Cooperativa de Produtores de Cachaça do Espírito Santo, COOPAS - Cooperativa dos Produtores de Aguardente do Sul do Estado, Delegacia Federal da Agricultura no Espírito Santo - DFA/ES, UFES, Federação da Agricultura - FAES, Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAES, Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Espírito Santo - OCEES), Chão Vivo, Fundação Luterana Sementes, Colegiado Estadual de Agricultura Orgânica, PRORENDA – ES, FAESA, Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café – CETCAF, Cooperativas e Associações de Cafeicultores, Centro do Comércio do Café de Vitória – C.C.C.V., Sindicato da Indústria de Torrefação e Moagem de Café – SINCAFÉ.

2. Processo de Elaboração do Plano de Desenvolvimento

O Grupo de Trabalho Permanente em Arranjos Produtivos Locais, sob coordenação do MDIC, solicitou às Secretarias de Desenvolvimento estaduais a apresentação de um máximo de cinco Planos de Desenvolvimento Preliminares de APLs, para estudo pelo grupo, e posterior apoio.

O APL de Agroturismo, informado pela SEDETUR, e em conjunto com esta, constitui um grupo de trabalho para discussão e desenvolvimento do plano, composto pelos seguintes atores: Sebrae/ES, Bandes, Incaper, ES em Ação, Senai, Sect, Agrotures e empresários. Naquele momento, o objetivo fim do grupo era elaborar uma versão preliminar do Plano de Desenvolvimento para o APL de Agroturismo da região Centro Serrana do ES.

A primeira versão preliminar do plano foi concluída e apresentada em reunião da Governança ocorrida em 30 de janeiro de 2007, no qual foram amplamente discutidos, em especial os itens relacionados a ações previstas, visto que a realidade atual, gargalos e potencialidades já haviam sido apresentados e debatidos nas duas reuniões anteriores, em 18 e 25 de janeiro do ano corrente. A versão preliminar completa seria apresentada em 07 de fevereiro de 2007.

Ressalta-se que a elaboração do documento tomou por base o Manual Operacional, em especial seu anexo IV, Modelo de Plano de Desenvolvimento, disponibilizado pelo próprio MDIC em sua página, na rede mundial de computadores.

Quanto à fonte de informações, foram coletados dados do MDIC, IPES, Redesist, IBGE, Sebrae/ES, documentos internos ao APL, bem como entrevistas com participantes deste arranjo.

O Plano de Desenvolvimento do APL – Agronegócios/Agroturismo da Região Centro Serrana deu-se seguindo a metodologia da Gestão Estratégica Orientada para Resultados - GEOR, que apóia-se no conjunto de valores e atributos característico da região e envolve um complexo de atitudes e procedimentos que permeiam desde a modelagem organizacional até os processo de planejamento, orçamento e gestão, tendo como principal instrumento o Projeto Orientado para Resultados.

A elaboração do Projeto nasceu a partir do envolvimento dos diferentes parceiros promotores do desenvolvimento na região que estão diretamente envolvidos com ações para a APL – Agronegócios/Agroturismo da Região Centro Serrana e o público alvo beneficiado diretamente, ou seja, os empreendedores que desenvolvem o Agroturismo/Agronegócio.

Durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento deste APL, procurou-se difundir boas práticas e competências para mudança de enfoque e de comportamento gerencial para a referida APL, voltada para a elaboração e gestão de projetos.

O processo seguiu as seguintes etapas em sua estruturação:

- a) análise do diagnóstico e dos antecedentes para estabelecer um primeiro delineamento do projeto;
- b) identificação preliminar de parceiros visando à conjugação de recursos e competências
- c) verificação da aderência às estratégias das instituições envolvidas no projeto;
- d) discussão dos problemas, gargalos, oportunidades, desafios de mercado e de competitividade;
- e) definição do público-alvo, do objetivo geral, do foco estratégico e dos resultados finalísticos e intermediários.
- f) definição das premissas para o dimensionamento dos resultados e do processo de avaliação;
- g) definição de ações, suas metas, recursos, cronograma físicos e financeiros e responsáveis.

Trata-se, na verdade, de um processo bastante dinâmico, de aproximações sucessivas, à medida que envolve aprofundamentos progressivos e negociações em vários níveis e com vários atores.

3. Situação atual – desafios e oportunidades de desenvolvimento

A região tem claramente definida uma vocação para o Agronegócio/Agroturismo, com um grande número de produtores rurais vivendo da agricultura familiar, durante todo o ano.

Um fator também a ser considerado é a predominância de pequenas propriedades, onde a agricultura sem agregação de valor aos produtos tem se mostrado pouco rentável. Somando-se a isso a topografia da região, imprópria para agricultura comercial, não restam muitas alternativas para a produção rural. Desta forma o Agronegócio/Agroturismo se insere como uma oportunidade para suprir estas deficiências e complementar à renda destes empreendedores.

O APL – Agronegócios/Agroturismo trabalhou nesses dois primeiros anos, prioritariamente, ações direcionadas para mercado, tecnologia, capacitação gerencial, fortalecimento da governança e estímulo à cultura da cooperação, etc. Os empreendedores rurais estiveram presentes diretamente e por meio de suas entidades representativas na concepção e execução destas ações.

Este APL, já tem encaminhado ações estruturantes de geração de bens coletivos, beneficiando diretamente os empreendedores envolvidos neste projeto, como é o caso da assistência técnica e das políticas públicas e de acesso ao mercado para o setor.

Dentre os obstáculos a serem superados pelo APL – Agronegócios/Agroturismo da Região Centro Serrana, podemos citar como principais:

Controle de Qualidade

- Inadequação da maioria das agroindústrias por processo artesanal, quanto às normas sanitárias;
- Produtos artesanais ainda apresentando problemas de acabamento e embalagem;

Gestão

- Capacitação ainda ineficiente para o melhor desempenho das novas ocupações / atividades que surgem no campo;
- Falta de conhecimento por parte dos agricultores em gestão de negócios;
- Dificuldade em manter um fluxo constante de fornecimento de produtos e serviços;
- Falta de um planejamento estratégico por parte das comunidades, para organizar a implementação da atividade;

Marketing

- Desconhecimento de técnicas de comercialização e divulgação dos produtos;

Tecnologia

- Falta de estatística e pesquisa dos diversos setores;
- Falta de tratamento adequado aos resíduos gerados pela agroindústria, sem considerar o custo ambiental;

Crédito e Fiscal

- Políticas de crédito (investimento / custeio) limitadoras, inacessíveis ao pequeno agricultor / agricultora;
- Falta de fundo de aval para incrementar as atividades não agrícolas;

Infra-estrutura

- Precariedade quanto à instalação de infra-estrutura: transporte coletivo, estradas, comunicação / telefonia, energia elétrica, saneamento básico (água e resíduos sólidos tratados e coleta de lixo), saúde / assistência médica e odontológica e educação rural diferenciada;
- Áreas com potencial, mas comprometidas com degradação ambiental;
- Falta de sinalização turística;

Cultural

- Dificuldade apresentada pelo agricultor em passar do setor primário da economia para o setor secundário e terciário (prestador de serviços);
- Desconhecimento da importância de se preservar todos os patrimônios rurais;

Legislação

- Legislação tributária inadequada para as pequenas agroindústrias;
- Dificuldade do setor de produção de bebidas (cachaça, licores, vinhos, produzidos artesanalmente) em se enquadrar na legislação federal;
- Inexistência de um conjunto de legislação que regularmente o Turismo Rural;

Fornecedores

- Falta de disponibilidade no mercado de insumos em menores quantidades e equipamentos de pequeno porte que atendam às necessidades da agroindústria por processo artesanal;
- Dificuldade de articulação com fornecedores.

Alguns dos desafios a serem alcançados são:

- Concepção de planejamento estratégico regional, com base nos princípios de territorialidade, da integração das atividades agrícolas e afins.
- Controle do processo de uso e ocupação do solo e urbanização de áreas rurais nobres, que têm grande potencial imobiliário e comercial.
- Envolvimento de Secretarias Municipais de Educação em projetos para o desenvolvimento da consciência turística, intensificando a inclusão do turismo rural como abordagem do ensino formal.
- Desenvolvimento de projeto para garantir a identificação da origem e qualidade dos produtos.
- Conscientizar e orientar os agricultores, para a melhoria da infra-estrutura das agroindústrias artesanais (projeto físico e equipamentos).
- Dinamizar as estruturas: Unidades Didáticas de Processamento de Alimentos, Centros de Treinamentos e Fazendas Experimentais existentes na região para o desenvolvimento das atividades não agrícolas.
- Criação de um banco de dados em rede para disponibilizar informações sobre turismo rural/agroindústria.
- Viabilizar a comercialização de produtos das atividades do Agronegócio/Agroturismo em locais estratégicos.
- Criação de serviço de certificação e de selo de origem familiar dos produtos da agroindústria artesanal, de forma a conferir absoluta garantia de qualidade ao consumidor.
- Capacitação de técnicos para conhecimentos das normas sanitárias exigidas “na lei vigente”, para assessoramento à implantação das agroindústrias artesanais.
- Formatar circuitos turísticos, de forma a organizar e divulgar melhor os produtos e serviços do agroturismo.
- Implementar a produção orgânica nas regiões onde as atividades não agrícolas estão mais integradas.

As principais oportunidades para o setor são:

Mercados

- Comercialização dos produtos diretamente ao consumidor.
- Forte demanda apresentada pela implementação do agroturismo.
- Oferta de produtos e serviços diferenciados dos que normalmente estão disponíveis no mercado.
- Proximidade dos centros urbanos.
- Diversidades de ambientes e proximidade entre eles.
- A crescente necessidade do contato com o natural, busca do retorno das origens; fuga do estresse, da violência e da intensiva urbanização.

Emprego e Renda

- Oportunidade de trabalho principalmente para jovens e mulheres.
- Apresenta-se como uma fonte de renda adicional.
- Aproveitamento da matéria-prima existente, para agregação de valor.
- Produtos com valores econômicos agregados.

- Estímulo à diversificação agrícola na região.
- Agroindústrias ofertando novas frentes de trabalho.
- Absorção de mão-de-obra familiar e da própria comunidade.

Capital Social

- Técnicas artesanais repassadas de geração a geração.
- Vasta criatividade das pessoas, gerando cada vez mais produtos diferentes.
- Diversidade de etnias e culturas.
- A tradição das famílias quanto ao processo de transformar alimentos, impulsionando a implantação das agroindústrias.
- Calendários de festas tradicionais.

Conjunturais/Estruturais

- Crise na oferta de emprego, impulsionando a atividade.
- Municipalização do turismo.
- Existência de algumas infra-estruturas nos municípios para apoio à comercialização. Ex: Casa dos artesãos, Pontos de Informações Turísticas.
- Diversidade de matéria-prima existente na região.

4. Resultados Esperados

- Dobrar o número de turistas até 2010
- Ter novas propriedades na região desenvolvendo o agroturismo
- Dobrar os postos de trabalho até 2010

5. Indicadores de Resultado

- **Indicador:** Número de Turistas na Região
- **Método de Cálculo:** Pesquisa junto ao público alvo utilizando a metodologia de painel.
- **Indicador:** Número de novas propriedades que desenvolvem o agroturismo
- **Método de Cálculo:** Pesquisa junto ao público alvo utilizando a metodologia de painel.
- **Indicador:** Número de Postos de Trabalho
- **Método de Cálculo:** Pesquisa junto ao público alvo utilizando a metodologia de painel.

6. Ações Previstas

* Os dados citados neste item referem-se somente ao Projeto Estímulo e Fortalecimento do Agroturismo – Região Centro Serrana, portanto não estão inclusas valores e informações dos Projetos de Agronegócios ligados ao Café, Flores, Cachaça, Aqüicultura e Agricultura Orgânica.

As ações previstas para o Projeto são baseadas nos seguintes Focos Estratégicos:

- Acesso a Linhas de Crédito
- Ações de Políticas Públicas
- Capacitação de Mão-de-Obra
- Capacitação Gerencial
- Capacitação Rural
- Capacitação Tecnológica
- Preservação Patrimônio Histórico e Cultural
- Fortalecimento da Governança
- Gestão Ambiental
- Obtenção de Selo de Inspeção - Legalização da Produção (Sim/Sif/Siee)
- Disponibilização de Assistência Técnica Especializada
- Estruturação e Promoção da Oferta Turística
- Apoio e Participação em Feiras e Eventos

6.1 - Ações em andamento (de responsabilidade local) de cada item:

ACESSO A LINHAS DE CRÉDITO

Descrição: FACILITAR O ACESSO DO PRODUTOR RURAL ÀS INFORMAÇÕES ACERCA DE LINHAS DE CRÉDITO PARA A ATIVIDADE, COM FOCO NO AGROTURISMO

Coordenador da Ação: Carla Andrea Gomide
Entidade Resp. Execução: SEBRAE/ES
Entidade Resp. Viabil. Financeira: Produtor Rural; SEBRAE/ES
Data de Início: 01/07/05
Data de Término: 31/12/07
Valor Orçado: R\$ 22.500,00 – 1,49%

Período	Previsto (R\$)		
	Produtor Rural	SEBRAE/ES	Total
2005	450	4.050	4.500
2006	900	8.100	9.000
2007	900	8.100	9.000
Total	2.250	20.250	22.500

Ação relacionada ao resultado nº: 1, 2 e 3

Selecione o item abaixo que melhor se relaciona com esta ação:

- () promoção do mercado interno () promoção do mercado externo
 () capacitação/formação () valorização da identidade local
 () inovação e tecnologia (incluindo o design) (X) crédito
 () outra. Por favor, informe:

ACÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Descrição: VIABILIZAR A EXECUÇÃO DE ACÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO ATRAVÉS DE ARTICULAÇÕES

Coordenador da Ação: Luciano Lirio Rocha
Entidade Resp. Execução: SEBRAE/ES
IEMA; Prefeitura de Afonso Cláudio; Prefeitura de Alfredo Chaves; Prefeitura de Castelo; Prefeitura de Domingos Martins; Prefeitura de Santa Teresa; Prefeitura de V. N. Imigrante
Entidade Resp. Viabil. Financeira:
Data de Início: 01/06/05
Data de Término: 30/12/07
Valor Orçado: R\$ 60.000,00 – 3,97%

Período	Previsto (R\$)							
	Prefeitura de Castelo	Prefeitura de Alfredo Chaves	IEMA	Prefeitura de Santa Teresa	Prefeitura de Afonso Cláudio	Prefeitura de V. N. Imigrante	Prefeitura de Domingos Martins	Total
2005	2.500	2.500	5.000	2.500	2.500	2.500	2.500	20.000
2006	2.500	2.500	5.000	2.500	2.500	2.500	2.500	20.000
2007	2.500	2.500	5.000	2.500	2.500	2.500	2.500	20.000
Total	7.500	7.500	15.000	7.500	7.500	7.500	7.500	60.000

Ação relacionada ao resultado nº: 1, 2 e 3

Selecione o item abaixo que melhor se relaciona com esta ação:

- () promoção do mercado interno () promoção do mercado externo
() capacitação/formação (X) valorização da identidade local
() inovação e tecnologia (incluindo o design) () crédito
() outra. Por favor, informe:

CAPACITAÇÃO

Descrição: CAPACITAR AGRICULTORES PARA A MELHORIA DOS NEGÓCIOS RURAIS, ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE SUAS PROPRIEDADES RURAIS COM ÊNFASE NO AGROTURISMO.

Coordenador da Ação: Eduardo Rodrigo D. Simões
Entidade Resp. Execução: SEBRAE/ES
Entidade Resp. Viabil. Financeira: Governo do Estado, SENAR, SEBRAE
Data de Início: 01/04/05
Data de Término: 30/11/07
Valor Orçado: R\$458.000,00

Período	Previsto (R\$)			
	Governo do Estado	SEBRAE	SENAR	Total
2005	30.000,00	23.500,00	30.000,00	83.500,00
2006	130.000,00	121.500,00	32.500,00	284.000,00
2007	33.000,00	57.500,00		90.500,00
Total	193.000,00	202.500,00	62.500,00	458.000,00

Ação relacionada ao resultado nº: 1, 2 e 3

Selecione o item abaixo que melhor se relaciona com esta ação:

- () promoção do mercado interno () promoção do mercado externo
(**X**) capacitação/formação () valorização da identidade local
() inovação e tecnologia (incluindo o design) () crédito
() outra. Por favor, informe:

PRESERVAÇÃO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Descrição: ORIENTAR OS PRODUTORES PARA CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PROPRIEDADES NO MEIO RURAL

Coordenador da Ação: Eduardo Rodrigo D. Simões
Entidade Resp. Execução: SEBRAE/ES
Entidade Resp. Viabil. Financeira: SEBRAE/ES
Data de Início: 30/05/06
Data de Término: 30/11/07
Valor Orçado: R\$ 5.000,00 – 0,33%

Período	Previsto (R\$)	
	SEBRAE/ES	Total
2006	5.000	5.000
Total	5.000	5.000

Ação relacionada ao resultado nº: 1, 2 e 3

Selecione o item abaixo que melhor se relaciona com esta ação:

- () promoção do mercado interno () promoção do mercado externo
() capacitação/formação (**X**) valorização da identidade local
() inovação e tecnologia (incluindo o design) () crédito
() outra. Por favor, informe:

FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA

Descrição: FORTALECER O ASSOCIATIVISMO E AS LIDERANÇAS DA REGIÃO.

Coordenador da Ação:

Bárbara Rosana Santos Soresini

Entidade Resp. Execução:

SEBRAE/ES

Entidade Resp. Viabil. Financeira:

Prefeitura de Afonso Cláudio; Prefeitura de Alfredo Chaves; Prefeitura de Castelo; Prefeitura de Domingos Martins; Prefeitura de Santa Teresa; SEBRAE/ES

Data de Início:

01/06/05

Data de Término:

30/05/07

Valor Orçado:

R\$ 25.000,00 – 1,66%

Período	Previsto (R\$)						Total
	Prefeitura de Castelo	Prefeitura de Alfredo Chaves	Prefeitura de Santa Teresa	Prefeitura de Afonso Cláudio	Prefeitura de Domingos Martins	SEBRAE/ES	
2006	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	20.000	25.000
Total	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	20.000	25.000

Ação relacionada ao resultado nº: 1, 2 e 3

Selecione o item abaixo que melhor se relaciona com esta ação:

- () promoção do mercado interno () promoção do mercado externo
(**X**) capacitação/formação () valorização da identidade local
() inovação e tecnologia (incluindo o design) () crédito
() outra. Por favor, informe:

OBTENÇÃO DE SELO DE INSPEÇÃO - LEGALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (SIM/SIF/SIEE)

Descrição: PROMOVER ORIENTAÇÃO PARA OS PRODUTORES SOBRE A LEGISLAÇÃO PERTINENTE À OBTENÇÃO DOS SELOS E PARA A CONCESSÃO DO SELO AOS PRODUTORES.

Coordenador da Ação: Eduardo Rodrigo D. Simões
Entidade Resp. Execução: SEBRAE/ES
Entidade Resp. Viabil. Financeira: SEBRAE/ES; SESA - Sec. de Estado da Saúde
Data de Início: 01/06/05
Data de Término: 30/11/07
Valor Orçado: R\$ 23.250,00 – 1,54%

Período	Previsto (R\$)		
	SESA - Sec. de Estado da Saúde	SEBRAE/ES	Total
2005	10.000	0	10.000
2006	0	13.250	13.250
Total	10.000	13.250	23.250

Ação relacionada ao resultado nº: 1, 2 e 3

Selecione o item abaixo que melhor se relaciona com esta ação:

- () promoção do mercado interno () promoção do mercado externo
() capacitação/formação () valorização da identidade local
(**X**) inovação e tecnologia (incluindo o design) () crédito
() outra. Por favor, informe:

DISPONIBILIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA

Descrição: DISPONIBILIZAR PARA OS PRODUTORES ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA.

Coordenador da Ação: Alfredo Stange
Entidade Resp. Execução: SEAG
Entidade Resp. Viabil. Financeira: SEAG
Data de Início: 01/06/05
Data de Término: 30/11/06
Valor Orçado: R\$ 40.000,00 – 2,65%

Período	Previsto (R\$)	
	SEAG	Total
2005	15.000	15.000
2006	25.000	25.000
Total	40.000	40.000

Ação relacionada ao resultado nº: 1, 2 e 3

Selecione o item abaixo que melhor se relaciona com esta ação:

- promoção do mercado interno promoção do mercado externo
 capacitação/formação valorização da identidade local
 inovação e tecnologia (incluindo o design) crédito
 outra. Por favor, informe:

ESTRUTURAÇÃO E PROMOÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

Descrição: PROMOVER AÇÕES DE DIVULGAÇÃO E MELHORIA DA ESTRUTURA TURÍSTICA EXISTENTE NO MUNICÍPIO.

Coordenador da Ação: Diomedes Caliman Berger
Entidade Resp. Execução: SEDETUR
Entidade Resp. Viabil. Financeira: SEBRAE/ES; SEDETUR
Data de Início: 01/06/05
Data de Término: 30/11/07
Valor Orçado: R\$ 496.000,00 – 32,84%

Período	Previsto (R\$)		
	SEDETUR	SEBRAE/ES	Total
2005	0	96.000	96.000
2006	30.000	40.000	70.000
2007	300.000	30.000	330.000
Total	330.000	166.000	496.000

Ação relacionada ao resultado nº: 1, 2 e 3

Selecione o item abaixo que melhor se relaciona com esta ação:

- promoção do mercado interno promoção do mercado externo
 capacitação/formação valorização da identidade local
 inovação e tecnologia (incluindo o design) crédito
 outra. Por favor, informe:

APOIO E PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E EVENTOS

Descrição: APOIAR E VIABILIZAR EVENTOS LOCAIS E PROPORCIONAR A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM FEIRAS E EVENTOS NACIONAIS

Coordenador da Ação: Fernanda Vieira
Entidade Resp. Execução: SEBRAE/ES
Entidade Resp. Viabil. Financeira: SEBRAE/ES
Data de Início: 01/05/05
Data de Término: 30/11/07
Valor Orçado: R\$ 180.000,00 – 11,92%

Período	Previsto (R\$)	
	SEBRAE/ES	Total
2005	20.000	20.000
2006	80.000	80.000
2007	80.000	80.000
Total	180.000	180.000

Ação relacionada ao resultado nº: 1 e 3

Selecione o item abaixo que melhor se relaciona com esta ação:

- () promoção do mercado interno (X) promoção do mercado externo
() capacitação/formação () valorização da identidade local
() inovação e tecnologia (incluindo o design) () crédito
() outra. Por favor, informe:

7. Ações previstas para apoio do PDP/APL

- Capacitação de Empreendedores em Agroturismo e Meio Ambiente
- Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade: Indicações Geográficas
- Sinalização interpretativa dos atrativos turísticos
- Elaboração e execução de um plano de marketing para a Região das Montanhas Capixabas

7.1. Detalhamento das ações

7.1.1. Capacitação de Empreendedores em Agroturismo e Meio Ambiente

Descrição

O Agroturismo encontra-se em forte expansão nas regiões de montanha e nas demais regiões turísticas do Estado do Espírito Santo e tem chamado a atenção de muitos empreendedores agrícolas que praticam ou pretendem iniciar atividades ligadas à valorização da agroindústria alimentar e do potencial natural do ambiente.

A reorganização da empresa agrícola tradicional em empresa que também explora atividades agroturísticas, objetiva sobretudo o desenvolvimento e o equilíbrio do território agrícola e a fixação dos produtores em áreas rurais. Nesta perspectiva, a expansão e integração de renda e o conseqüente melhoramento da qualidade de vida, tem levado muitos empresários rurais a valorizar o patrimônio rural e a conservar as estruturas físicas existentes e o meio ambiente.

Desde que foi lançada a semente do agroturismo no Estado, temos implementado uma série de ações destinadas a incrementar o turismo no espaço rural, com grande concentração em treinamento de pessoal. Nosso objetivo primordial é construir paulatinamente um produto turístico rural, com qualidade e segurança, que permita a seus investidores minimizar riscos na nova atividade, valorizando produtos típicos, tradições, iniciativas culturais do mundo rural e, com isso, possibilitar melhores relações entre a cidade e o campo.

O Projeto é destinado a oferecer propostas e estruturar um programa de capacitação para agricultores que desejam dar continuidade e ou iniciar o agroturismo, proporcionando informações de nível macro e micro, sob o ponto de vista tecnológico, sócio- econômico, cultural e ambiental. O programa, assim estruturado, permitirá ao empreendedor conhecer sua realidade, maximizar suas potencialidades em seu benefício, minimizar suas limitações e situar-se dentro do contexto municipal, estadual e até nacional, de modo que possa agir de forma pró-ativa como um agente de desenvolvimento turístico de sua região.

A proposta consiste no treinamento de produtores rurais residentes nas regiões interioranas do Espírito Santo que compõem a Região Turística das Montanhas Capixabas

Em todos os municípios da região citada, a agricultura é a base econômica, e o desenvolvimento/fortalecimento de uma atividade complementar vem como uma forte perspectiva de concorrer para a fixação do homem no seu local de origem.

Todo o trabalho a ser desenvolvido, tem por objetivo, em síntese, preparar o agricultor para explorar o agroturismo em sua propriedade.

O programa de capacitação será desenvolvido em 09 (nove) fases, devendo ser permanentemente monitorado, visando atender expectativas e necessidades dos participantes.

Conforme mencionado, os conteúdos serão transferidos através de aulas teóricas, aulas práticas, visitas técnicas, visitas de intercâmbio, consultoria caso a caso, estruturação do plano de negócio e seminário de encerramento.

Em todo o processo, buscar-se-á o desenvolvimento da capacidade de observação, pesquisa, análise, criatividade e iniciativa de todos os integrantes do grupo.

A partir das atividades citadas, cada participante receberá aproximadamente 454 (quatrocentos e cinquenta e quatro) horas de capacitação, mais 40 horas de consultoria individual e 16 horas para elaboração com orientação, também individual do Plano de Negócio.

Dessa forma, cada participante receberá aproximadamente um total de 510 (quinhentas e dez) horas de capacitação. O projeto todo, atingirá aproximadamente 1574 (hum quinhentos e setenta e quatro) horas de atividades, se dele participarem integralmente cada participante.

Visando não comprometer o produtor rural em suas atividades diárias, prevê-se um cronograma de ação para um período de aproximadamente 18 meses.

Coordenação

Sebrae/Es – Área de Atendimento a Agronegócio e Turismo

Execução

Sebrae/Es e Agrotures

Viabilização financeira

Governo Federal	90%	R\$ 172.723.50
Sebrae	5%	R\$ 9.595.75
Sedetur	5%	R\$ 9.595.75
Total		R\$ 191.915,00

Data de início: Maio/2007

Data de término: Novembro/2008

Ação relacionada ao resultado nº: 01

Itens de relacionamento com essa ação:

- Capacitação/formação
- Inovação e tecnologia
- Promoção do mercado interno
- Valorização da identidade local

7.1.2. Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade: Indicações Geográficas

Descrição

A necessidade de Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade – Indicações Geográficas e Certificações para a Competitividade nos Negócios do agroturismo da região, tornando-o, um pólo de desenvolvimento que ultrapasse os limites do próprio município. Pensando em planos e programas estratégicos de crescimento regional que venha a atender aos fenômenos culturais e sócio-econômico do ambiente rural integrado à cultura local e à preservação dos costumes e tradições dos colonos europeus, o projeto visa qualificar os produtos com diferencial de qualidade produzidos por empreendedores empenhados na reorganização da sua estrutura produtiva, em particular, oferecendo aos produtores, micro e pequenos empresários da região, possibilidades de

inovar os processos e linhas de produção considerados tradicionais em novos modelos de desenvolvimento no território que finaliza o reequilíbrio do ambiente rural e facilite buscar alternativas de fixação da população na região, através da integração da renda derivada da propriedade rural e pequenos negócios, para o melhoramento das condições de vida da população local, na melhor utilização do patrimônio rural natural e arquitetônico, assim como na preservação e na tutela do ambiente, valorização dos produtos típicos que venham a promover as tradições e iniciativas culturais do mundo rural, desenvolvendo o turismo social e incrementando as relações entre a cidade e o mundo dos agricultores.

Com isso, pretende viabilizar a valorização dos produtos do agroindústria artesanal rural da região, agregando valor as suas atividades, profissionalizando sempre mais as condições de trabalho dos que atuam diretamente na gestão de ações ligados ao turismo, educação, saúde e cultura dos municípios envolvidos, possibilitando alcançar metas que integrem a mão-de-obra das pequenas propriedades de economia familiar, oferecendo produtos caseiros, trabalhos artesanais de excelente qualidade a receberem turistas em suas casas e propriedades para degustação, demonstração de processo de produção, além de oferecer ao cliente que transcorre suas férias no ambiente rural a melhor experiência humana e curiosidades locais que até o momento ninguém tenha conseguido viver e adquirir os melhores produtos genuínos da região, além de saborear pratos tradicionais da cozinha local.

Como base de aprofundamento, a projeto estará inserindo em uma área de 4.000 Km², formados por belas montanhas e campos cultivados, entremeados na Mata Atlântica, com altitude que varia de 500 a 1.500 m, localizado às margens da BR 262 e atendendo a uma população de aproximadamente 50.000 mil habitantes.

A linha a ser promovida pelo projeto, visa atender vários seguimentos do setor que têm influência direta na gestão de uma nova frente de ação, que envolvem a sua vez a profissionalização de determinadas atividades considerada fundamentais para o desenvolvimento econômico da região.

As ações representam os pilares para o estímulo do desenvolvimento de infra-estrutura básica para a geração de empregos e receitas nos estabelecimentos rurais existentes, notadamente os relacionados aos serviços de alimentação e hospedagem, impulsionados pelo desenvolvimento da agropecuária proveniente da transformação e agregação de valores a produtos que poderão ser industrializados e comercializados na própria propriedade ou em outros mercados regionais.

Neste sentido, a atividade de agroturismo presente nesta realidade, desde o ano de 1990 vem propondo de maneira muito apropriada uma nova concepção do uso do solo agrícola compatível com as propostas de conservação do ambiente e da região sem penalizar o desenvolvimento econômico e social da população .

O fenômeno e os resultados econômicos sociais acontecido na região, ligado ao Agroturismo confirma a intenção e a vontade dos produtores rurais e das lideranças da região em potencializar o programa de trabalho que propõe em âmbito regional a Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade.

A partir dos mais variados exemplos de sucessos que periodicamente são ilustrados na região e seus componentes econômicos, permite-nos alargar nosso campo e nosso compromisso no âmbito da empresa rural, oferecendo novos desafios aos empreendedores do agroturismo, tendo em vista que o desenvolvimento econômico do Espírito Santo passe pelos caminhos traçados pelo setor agrícola com características multifacetadas, apresentando diversidades regionais de economias, de climas, de história e cultura, de ecossistema, dentre outros fatores, potencializam-se as possibilidades de desenvolvimento da atividade turística do Agroturismo.

Com base nas presentes justificativas, a certificação da Região das Montanhas Capixabas e dos seus produtos, possibilita a incorporação de novas formas de valorização, de organização e de utilização do ambiente rural, com ações gestoras, capaz de assegurar o fortalecimento dos agricultores e de sua base familiar para um mercado competitivo de cooperação-produção como forma de resgatar a sustentabilidade da agropecuária e do meio ambiente.

Coordenação

Sebrae/ES e Incaper

Execução

Empresa a ser contratada para a execução da ação

Viabilização financeira

Governo Federal	70%	R\$760.000,00
Sebrae	10 %	R\$95.000,00
Incaper	10 %	R\$95.000,00
Total		R\$950.000,00

Data de início: Maio/2007

Data de término: Novembro/2008

Ação relacionada ao resultado nº: 1

Itens de relacionamento com essa ação:

- promoção do mercado interno
- valorização da identidade local
- promoção do mercado externo
- Capacitação/formação
- Inovação e tecnologia

7.1.3. Controle de borrachudos (*Simulium sp.*)

a) Descrição: elaborar estudo de viabilidade para o controle integrado do inseto “Borrachudo” nos municípios que compõem o APL, por ser a ocorrência deste inseto um forte fator limitante ao desenvolvimento do agroturismo na região.

b) Coordenação: INCAPER – Dr. José Aires Ventura

c) Execução: INCAPER

d) Viabilização financeira

Governo Federal	90%	R\$ 108.000,00
Incaper	5%	R\$ 6.000,00
Sedetur	5%	R\$ 6.000,00
Total		R\$ 120.000,00

Data de início: Maio/2007

Data de término: Novembro/2008

Ação relacionada ao resultado nº: 1

Itens de relacionamento com essa ação:

- promoção do mercado interno
- Inovação e tecnologia

7.1.4. Sinalização interpretativa dos atrativos turísticos**Descrição**

Há um problema de acessibilidade aos atrativos da Região das Montanhas Capixabas. O sistema de sinalização viária deve ser complementado com placas de sinalização interpretativa que, por ampliarem as informações para além do que pode ser visto e aprendido diretamente da observação do lugar, atribui novos sentidos e possibilita maior interação do turista com os atrativos e o ambiente no qual está inserido.

Fonte: Plano Estratégico da Região das Montanhas Capixabas

Coordenação

Helina Canal Gerência Temática de Turismo - Associação de Desenvolvimento Sustentável da Região das Montanhas do Espírito Santo - ADEMES

Execução

SEDETUR

Viabilização financeira

Ministério do Turismo	90%	R\$ 360.000,00
Sebrae	5%	R\$ 20.000,00
Sedetur	5%	R\$ 20.000,00
Total		R\$ 400.000,00

Data de início: Abril/2007

Data de término: Setembro/2008

Ação relacionada ao resultado nº: 1 - dobrar o numero de turistas

Itens de relacionamento com essa ação:

- promoção do mercado interno
- valorização da identidade local
- promoção do mercado externo

7.1.5. Elaboração e execução de um plano de marketing para a Região das Montanhas Capixabas

Descrição

Criação de um Observatório Turístico que supra a necessidade de dados e viabilize a realização de estimativas para o setor. As informações serão disponibilizadas de forma atualizada e permanente. Com essas informações poderá se definir as estratégias para um Plano de Marketing, bem como promover avaliações periódicas do plano adequando as mudanças do mercado.

Fonte: Plano Estratégico da Região das Montanhas Capixabas

Coordenação

Helina Canal

Gerência Temática de Turismo - Associação de Desenvolvimento Sustentável da Região das Montanhas do Espírito Santo (ADEMES)

Execução

SEDETUR

Viabilização financeira

Ministério do Turismo	70%	R\$ 1.050.000,00
Sebrae	15%	R\$ 225.000,00
Sedetur	15%	R\$ 225.000,00
Total		R\$ 1.500.000,00

Elaboração do Plano:

Data de início: Junho/2007

Data de término: Outubro/2007

Execução do Plano:

Data de início: Novembro/2007

Data de término: Novembro/2008

Ação relacionada ao resultado nº: 1 - dobrar o numero de turistas

Itens de relacionamento com essa ação:

- Promoção do mercado interno
- Valorização da identidade local
- Promoção do mercado externo

8. Gestão do Plano de Desenvolvimento

A implantação do projeto contará com a participação efetiva das instituições envolvidas, tanto na execução e financiamento das ações como na coordenação e orientação geral do projeto por meio do Núcleo Gestor.

O Núcleo Gestor integra o sistema de gestão encarregado de implantar, monitorar e avaliar o projeto, responsabilizando-se pelo alcance dos resultados definidos.

A implantação das ações será realizada mediante sistema de gestão constituído pelos seguintes agentes:

- Núcleo Gestor – composto por empresas, parceiros e instituições, analisa resultados, discute problemas e identifica soluções;
- Coordenador Estadual – executivo que coordenará a participação do SEBRAE/ES e será o elo exclusivo entre as suas unidades organizacionais e as instituições participantes do Projeto;
- Gestor do Projeto – executivo responsável pela implantação do projeto, integração das ações, negociação com parceiros e obtenção dos resultados;
- Coordenador de ação – responsável pela implantação da ação em cada entidade executora.

O gerenciamento do Projeto adota os seguintes princípios:

- Uma organização baseada em projeto, com objetivos, indicadores, ações e metas;
- A designação de um gestor para o projeto, responsável pela obtenção de resultados;
- Cooperação, em todos os níveis, para superar restrições à implantação;
- A busca de um fluxo regular e adequado de recursos, mediante a realização físico-financeira do projeto e respectivas comprovações em tempo hábil em conformidade com as Normas.
- Sistema de informações gerenciais, em meio eletrônico, com acesso compartilhado entre o gerente e todos os demais gestores responsáveis por decisões relacionadas ao projeto;
- Gestão de parcerias e partes interessadas.

Papel do Coordenador Estadual

Compete ao Coordenador Estadual:

- Integrar esforços da organização para apoiar tecnicamente e financeiramente o projeto;
- Colaborar para o bom relacionamento institucional com os demais parceiros;
- Manter-se em permanente articulação com o Coordenador Nacional e com o Gestor do Projeto;

Papel do Gestor do Projeto:

Compete ao Gestor do Projeto:

- Atuar, de forma empreendedora, para que os resultados aconteçam;
- Articular-se, com todos os agentes envolvidos, dentro e fora do SEBRAE, associando recursos e integrando competências;
- Apoiar e orientar os coordenadores de ações, visando o cumprimento de metas e a eliminação de restrições;
- Identificar restrições à implementação do projeto e buscar soluções (agir preventivamente);
- Desenvolver plano de trabalho para a implementação e gestão do projeto
- Monitorar o projeto;
- Assegurar a atualização das informações relevantes sobre o projeto.

Papel dos Parceiros:

Cabe às entidades responsáveis pela execução do projeto:

- Alocar os recursos e cumprir as metas contratualizadas no Acordo de Resultados;
- Negociar e articular ações específicas com o Gestor do Projeto e com o Coordenador Estadual;
- Designar pessoa para coordenar as ações a seu cargo, assegurar o fluxo de informações e colaborar na solução de restrições na esfera da instituição;
- Apoiar a gestão e o monitoramento do projeto.

9. Acompanhamento e Avaliação

O principal instrumento de acompanhamento e avaliação é o SIGEOR, por meio do qual todos ficam sabendo do andamento do conjunto de ações, bem como atualiza aquelas de sua responsabilidade. O GEOR permite uma avaliação constante do trabalho, e o monitoramento do projeto terá como referência:

- Os dados gerais do projeto;
- Os resultados;
- A execução física;
- A execução financeira;
- O cumprimento de metas;
- A identificação e solução de restrições.

Observações:

- *O monitoramento será apoiado por sistema de informações gerenciais, em meio eletrônico;*
- *Será elaborado relatório trimestral de monitoramento, direcionado para as Diretorias do SEBRAE/Nacional, SEBRAE/UF e aos parceiros, como instrumento de apoio à gestão;*
- *Será realizada a avaliação de resultados (finalísticos e das metas das ações) bem como dos demais aspectos relacionados à eficiência, eficácia, efetividade e economicidade das ações do Projeto.*

10. Fontes consultadas:

- Incaper: www.incaper.es.gov.br
- Livro: “Impactos sobre o Turismo no Espírito Santo”
- Manual de Elaboração e Gestão de Projetos Orientados para Resultados – versão 4 – SEBRAE
- Sigeor: www.sigeor.sebrae.com.br
- Ministério do Desenvolvimento: www.desenvolvimento.gov.br
- Projeto Flores – GEOR/SEBRAE/ES
- SEAG: www.seag.es.gov.br
- Projeto PISCICULTURA PEIXE NA MESA SUL – GEOR/SEBRAE/ES
- PESQUISA T0 do Projeto Piscicultura Peixe na Mesa Sul
- Livro AQUICULTURA CAPIXABA – Da produção ao mercado
- DIAGNÓSTICO DA AQUICULTURA CAPIXABA – SEBRAE/ES – 2004
- A REALIDADE DA PRODUÇÃO DE CACHAÇA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Hercílio B. Figueiredo Filho

11. Anexos:

I – Projeto Caminhos do Campo (Políticas Públicas)

II – Mapa da Região das Montanhas Capixabas

Anexo I – Projeto Caminhos do Campo (Políticas Públicas)

Caminhos do Campo é o Programa de Pavimentação de Estradas Rurais e Municipais, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo. O objetivo desse projeto é adequar e revestir as estradas rurais capixabas, priorizando as áreas de maior concentração de agricultura familiar para melhorar o escoamento da produção e reduzir os custos e as perdas dos produtos perecíveis.

Além disso, o programa pretende aumentar o fluxo de visitantes no meio rural, visando dobrar o número de propriedades aptas ao agroturismo, uma atividade que gera milhares de empregos diretos e uma renda adicional para os produtores rurais. O Programa Caminhos do Campo está levando desenvolvimento para os produtores rurais capixabas e beneficiando todo o Estado do Espírito Santo.

A igualdade de oportunidade e a inclusão social só serão alcançadas com a descentralização dos investimentos e o incentivo às vocações regionais, como é o caso do agroturismo, da fruticultura, da pecuária, dentre outros. O Interior é uma das novas fronteiras de desenvolvimento social e econômico sustentável do Espírito Santo. As estradas são um exemplo desse trabalho. Que os "Caminhos do Campo" levem desenvolvimento, alegrias e qualidade de vida ao Interior e tragam riquezas para avançarmos na construção de um novo Espírito Santo.

OBJETIVO:

Facilitar o escoamento da produção agrícola, aumentar o fluxo turístico e reduzir problemas ambientais.

METAS:

Adequação e revestimento asfáltico de 580 km de estradas rurais municipais.

Segue abaixo os municípios da Região Centro Serrana que já foram beneficiados através do Programa Caminhos do Campo

MUNICÍPIO	TRECHO
AFONSO CLÁUDIO	SEDE-RANCHO
DOMINGOS MARTINS	SEDE-SÃO MIGUEL
CASTELO	CAXIXE - FORNO GRANDE
CASTELO	ARACÚ - ESTRELA DO NORTE
DOMINGOS MARTINS	BR 262 - ES - 164 (ROTA DO LAGARTO)
MARECHAL FLORIANO	VICTOR HUGO - SÃO BENTO DE URÂNIA
CONCEIÇÃO DO CASTELO	C. CASTELO - SANTO ANTONIO DO AREIÃO
DOMINGOS MARTINS	MELGAÇO - PONTE SOBRE RIO JUCU
SANTA TERESA	LOMBARDIA - ALTO SANTO ANTONIO
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	ES - 164 - CAXIXE FRIO - ACESSO PQE FORNO GRANDE
MARECHAL FLORIANO	BR 262 - SOÍDO DE BAIXO
AFONSO CLÁUDIO	SEDE - SÍTIO CAPIAU

Anexo II – Mapa da Região das Montanhas Capixaba

(Municípios: Afonso Cláudio, Brejetuba, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante)

